



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8289

**Presidente da Mesa Diretora:** Valcir Soares da Silva

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Retirados de pauta, rejeitados, prejudicados, sobrestados

**Autoria:** Athos Mameluke Mota

**Data:** 17/02/2012

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 33/2012. (RETIRADO). Denomina o Estádio Municipal Juvêncio Augusto Soares “O Moção”, localizado no bairro João Botelho.

**Controle Interno – Caixa:** 27.7

**Posição:** 04

**Número de folhas:** 06

---

Espécie: PL  
Categoria: Pendente  
Cx: 27.7  
Ordem: 04  
nº fls: 61



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 33/2012.

AUTOR:

Ver. Athos Mameluque Mota

ASSUNTO:

Denomina Estádio Municipal Juvêncio Augusto Soares, no Bairro João

Botelho.

## MOVIMENTO

Entrada em 17/02/2012

Comissão Legislação e Justiça e Vias e Logradouros Públicos

- 1 - RETIRADO DE TRAMITAÇÃO EM
- 2 - 27.03.2012 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DO VEREADOR ATHOS MAMELUQUE

*Vai às Comissões  
16/02/2012*

**PROJETO DE LEI Nº 33/2012.**

O Povo do Município de Montes Claros MG por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Estádio Municipal no bairro João Botelho, passa a denominar-se oficialmente **Juvêncio Augusto Soares "O Moção"**.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 25 de janeiro de 2012.

*Athos Mameluque Mota*  
**Athos Mameluque Mota**

*Vice-Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros*



CAMPAIGNA DE TRANSPARÊNCIA CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 16 DE FEVEREIRO DE 2012  
PRESIDENTE

CAMPAIGNA DE TRANSPARÊNCIA CLAROS  
A COMISSÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS  
EM 16 DE FEVEREIRO DE 2012  
PRESIDENTE



PREFEITURA DE MONTES CLAROS  
Secretaria de Planejamento e Coordenação Estratégica  
Divisão de Cadastro Técnico Urbano



## CERTIDÃO

Certificamos para os devidos fins e efeitos legais, conforme nos foi solicitado através do Ofício de Nº01/2012, em 24 de Janeiro de 2012, pelo Vereador Athos Mameluque, que o Estádio popularmente conhecido como do Juventus no Bairro, João Botelho não possui denominação oficial.

O estádio municipal de montes claros passou a denominar-se Presidente Tancredo Neves (MOCAO) conforme lei 1.547 de 07/06/1985

Passou a denominar-se Rua Juvêncio Augusto Soares, antiga rua "L" situada no Bairro Antonio Pimenta conforme lei 1.764 de 02/01/1989.

Para fazer constar e produzir os devidos fins e efeitos legais lavrou-se o presente que vai por mim, devidamente assinada.

Montes Claros (MG), 24 de Janeiro de 2012.

  
Marco Antonio Matosinho  
Matricula 224 - 0/1  
Divisão de Cadastro - SEPLA

## TERMO DE RESPONSABILIDADE

Conforme Resolução nº 55 de 17 de agosto de 2006, que alterou a redação do § 4º do artigo 159, acrescentando-lhe as alíneas "a", "b", "c" e o inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros, em especial, o disposto na alínea "c", declaro que assumo a responsabilidade pelas informações contidas no Abaixo-Assinado referentes ao Projeto de Lei, de minha autoria que Denomina Estádio Municipal **Juvêncio Augusto Soares "O Moção"** no bairro João Botelho, na cidade de Montes Claros - MG. Declaro ainda, que as referidas informações são autênticas e atendem aos requisitos legais supra mencionados.

Montes Claros, 25 de janeiro de 2012.

  
Athos Mameluque Mota  
*Vice-Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros*





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 033/2012 QUE “Denomina Próprio Municipal”, de autoria do Vereador Athos Mameluque Mota.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto, bem como à sua legalidade, sendo que a documentação prevista no artigo 159 e parágrafos, atinentes ao caso, do Regimento Interno foi juntada.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto de lei é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 17 de fevereiro de 2012.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605